

A extrema direita em guerra contra as mulheres | Carta semanal 11 (2026)



Queridas amigas e amigos,

Saudações do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Em toda a América Latina, uma estranha guerra foi declarada. Ela é travada não apenas em parlamentos e tribunais, mas também em salas de aula, cozinhas, igrejas e nos espaços inquietos da internet. Seus alvos são mulheres, pessoas queer e trans, e os movimentos que insistem que a vida pode ser vivida de forma diferente. A **extrema direita contemporânea**, de um tipo específico, alega defender a família patriarcal, a moralidade e a tradição. Mas por trás dessas palavras, esconde-se outro projeto: a restauração de antigas hierarquias em um momento em que o mundo que as sustentava está cambaleando.

Por décadas, os movimentos feministas têm abalado os alicerces do poder na América Latina. Das lutas contra as ditaduras nas décadas de 1970 e 1980 às manifestações massivas contra o feminicídio e pelos direitos reprodutivos no século XXI, mulheres e dissidências de sexo e gênero ampliaram os horizontes do possível. Deram nome ao que antes era invisível. Falaram sobre as longas horas de trabalho não remunerado que sustentam a sociedade. Expuseram a violência que se esconde dentro de casa. Eles insistiram que corpos, desejos e identidades não podem ser disciplinados pelo Estado ou pela Igreja. E fizeram isso nas ruas – juntos.



Esses avanços, contudo, ocorreram sob a longa e implacável sombra do neoliberalismo. Em toda a América Latina – e, de fato, no resto do mundo – o fardo do cuidado ainda recai pesadamente sobre os ombros das mulheres, que trabalham mais horas por menos, enquanto milhões permanecem sem renda independente. Essa realidade foi reconhecida em agosto de 2025, na XVI Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe, realizada na Cidade do México. Lá, os países da região aprovaram o **Compromisso de Tlatelolco**, que estabeleceu uma Década de Ação (2025-2035) para alcançar a igualdade de gênero substancial e construir o que a conferência chamou de “sociedade do cuidado” – na qual o trabalho de sustentar a vida seja uma responsabilidade coletiva, e não um fardo privado imposto às mulheres. Como disse **Citlalli Hernández Mora**, Ministra da Mulher do México, em seu discurso de encerramento, o compromisso é um “roteiro” para os próximos anos. Os países da região, continuou Hernández Mora, “não aceitarão retrocessos”. Não

toleramos a impunidade e, por meio do nosso ativismo e das nossas alianças, construiremos uma sociedade do cuidado como base para a paz, a justiça, a equidade e o futuro. As delegadas da conferência reconheceram uma verdade há muito defendida pelos movimentos feministas: que o sistema atual – o capitalismo – **sobrevive** por meio de uma divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, avaliado em 15,9% a 25,3% do PIB na América Latina e no Caribe e realizado predominantemente por mulheres, sustenta os lares, reproduz a força de trabalho e mantém a sociedade em funcionamento.

Em 1975, também na Cidade do México, as Nações Unidas convocaram a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher. No ano seguinte, lançaram a Década das Mulheres (1976-1985), que culminou na Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi, Quênia, em 1985. Muitas das preocupações expressas em agosto de 2025 ecoaram aquelas ouvidas em Nairóbi quarenta anos antes. Em vez de marcar um progresso claro, a conferência de 2025 foi ofuscada por uma sensação de retrocesso – visível não apenas nas políticas públicas, mas também na linguagem usada para falar sobre a igualdade das mulheres.

Em tempos de crise, as classes proprietárias, bastante satisfeitas com o *status quo*, buscam inimigos para interromper o caminho do progresso. Nas últimas décadas, a extrema direita de um tipo específico fez do que chama de “ideologia de gênero” um de seus principais inimigos – uma expressão repetida incessantemente em discursos e sermões, transformando a simples reivindicação por dignidade em uma ameaça cósmica. Segundo essa narrativa, o feminismo não é um movimento por justiça, mas uma conspiração contra a humanidade; a diversidade não é uma realidade humana, mas um perigo para a própria civilização. Nesse teatro do medo, a “família”, definida apenas como pai e mãe com filhos, é apresentada como uma fortaleza sitiada. As causas do sofrimento – austeridade, exploração e pobreza – são cuidadosamente ocultadas e, em vez disso, a culpa por esse sofrimento é atribuída aos próprios movimentos que buscam transformar a sociedade para melhor. Assim, o ressentimento é redirecionado, a raiva é reembalada e a esperança é substituída pela suspeita.



Uma das expressões mais visíveis dessa reação é a campanha “Con Mis Hijos No Te Metas” (“Não se meta com meus filhos”). O *slogan* surgiu na Colômbia em 2016, durante protestos contra programas de educação sexual, e rapidamente se espalhou pela América Latina, difundido por igrejas evangélicas, ONGs conservadoras e políticos de direita. Por trás dessas palavras simples, existe uma complexa rede de organizações que mobilizam protestos, influenciam leis e inundam as redes sociais com narrativas alarmantes sobre os supostos perigos da igualdade de gênero – tudo isso enquanto alegam proteger a “inocência infantil”. No entanto, o que essas forças escondem é a violência que, na realidade, estrutura a vida das mulheres. Pesquisas nacionais em toda a América Latina mostram que entre 63% e 76% das mulheres já sofreram algum tipo de violência de gênero em alguma esfera de suas vidas, e uma em cada quatro mulheres na região já sofreu violência física ou sexual por parte de um parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida. Surpreendentemente, em 2023, dos 18 países latino-americanos que reportaram dados sobre feminicídio, 11 registraram uma taxa

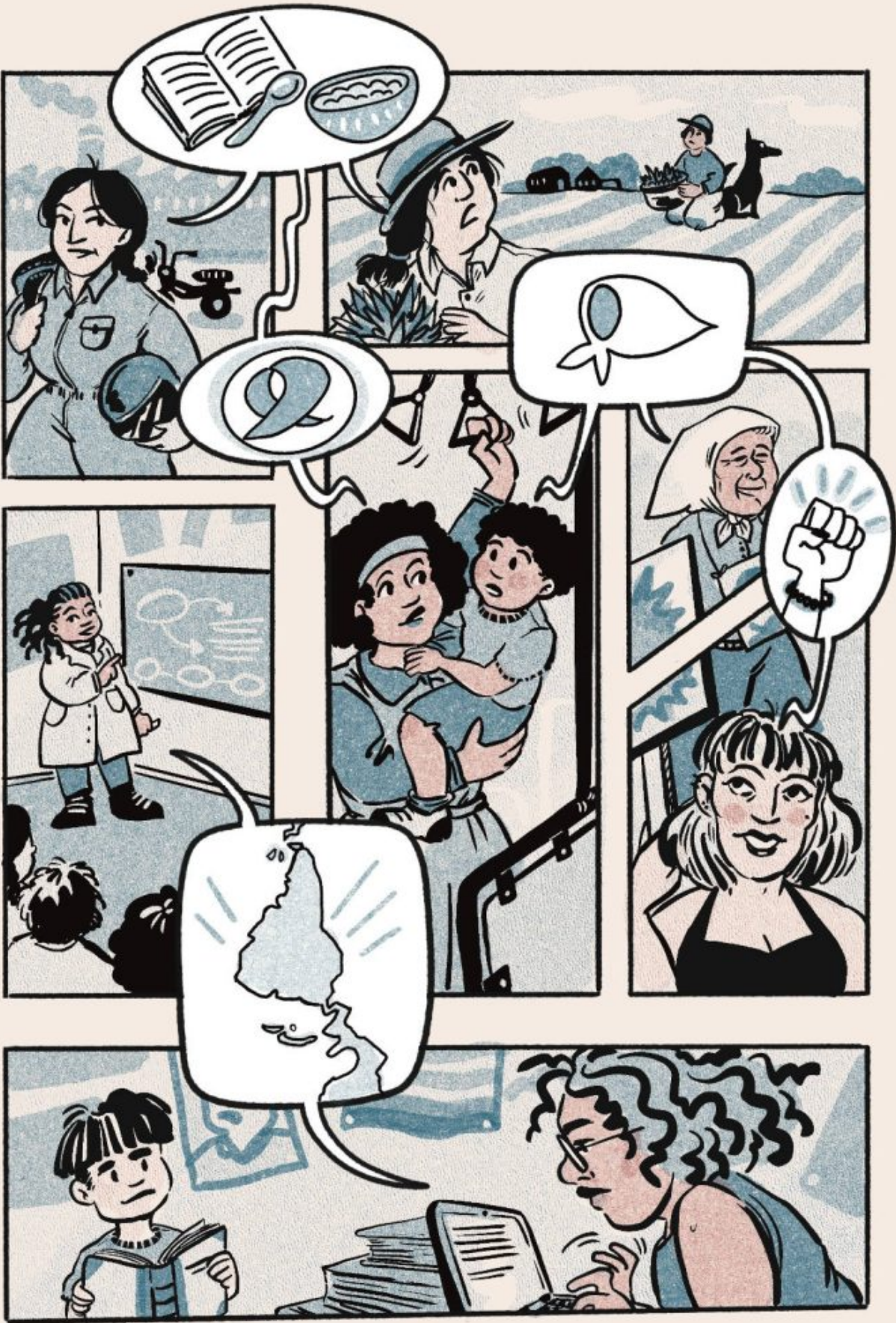
superior a 1 vítima por 100 mil mulheres – uma tendência que continua a crescer. Em vez de enfrentar esses problemas, o medo da “ideologia de gênero” é usado pela extrema direita de um tipo específico para minar o conhecimento real que ensina aos jovens que o mundo pode ser um lugar melhor.

Nosso dossiê mais recente, *A agenda antifeminista da extrema direita latino-americana* (março de 2026), examina a cruzada anti-gênero da extrema direita. Mostramos como esse movimento não opera isoladamente, mas faz parte de uma constelação transnacional de forças conservadoras que se estende de Washington a Budapeste e Brasília. Em encontros como a Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), políticos de extrema direita, líderes evangélicos e financistas ricos convergem para coordenar suas campanhas. Nesses espaços, o feminismo se torna um inimigo comum e a linguagem da “liberdade” é distorcida para defender a privatização, a exclusão e a hierarquia. O dinheiro flui através das fronteiras, as estratégias circulam e as mensagens são refinadas e repetidas. E, por meio de plataformas digitais projetadas para recompensar a indignação, o medo e a desinformação viajam mais rápido do que a verdade.



À medida que a ofensiva antigênero se espalhava pela América Latina, encontrou com um dos ciclos feministas mais poderosos da história recente da região (2015-2019). Mulheres tomaram as ruas com lenços verdes exigindo o direito ao aborto. Comunidades se organizaram contra a violência de gênero. Greves feministas internacionais vincularam a exploração do trabalho à violência patriarcal, ao racismo e ao extrativismo. Ao fazer isso, revelaram algo fundamental: a luta de gênero não se resume à identidade ou à cultura, mas à própria organização da sociedade. A extrema direita busca uma ordem individualista e privatizada, estruturada pela autoridade, hierarquia e obediência – um mundo no qual a família patriarcal absorve os impactos da crise econômica obrigando as mulheres a dedicarem ainda mais horas ao trabalho de cuidado não remunerado e não reconhecido, sacrificando sua liberdade e suas escolhas de vida, enquanto a desigualdade se apresenta como algo natural. Os movimentos feministas imaginam algo diferente. Imaginam uma sociedade organizada em torno do cuidado, e não do lucro; da solidariedade, e não da competição; e da vida, e não da acumulação. Entre essas duas visões reside a luta do nosso tempo: a barbárie capitalista ou a

vida e a **dignidade**. Em toda a América Latina, das ruas das cidades aos bairros operários e cozinhas comunitárias, milhões continuam insistindo na construção de um mundo melhor, não um mundo baseado no medo e na hierarquia.



Dia desses, após os bombardeios israelenses ao Irã e ao Líbano, eu estava lendo uma breve biografia da poetisa feminista mexicana Rosario Castellanos, que foi embaixadora do México em Israel de 1971 até sua morte, em 1974. Ela morreu eletrocutada acidentalmente em Tel Aviv, aos 49 anos – segundo diferentes relatos, após tocar em uma lâmpada em casa, acender a luz depois do banho ou ligar uma lâmpada na tomada. Imagino que essa mulher sensível tenha sido profundamente impactada pela ocupação da Palestina e pela Guerra do Yom Kippur, em 1973. Embora, como embaixadora, tenha feito poucas declarações públicas sobre a situação dos palestinos, um fato interessante permanece. Em 1972, em sua coluna regular no jornal mexicano *Excélsior*, ela publicou um poema chamado “Pasaporte” [Passaporte], que ecoa o poema “Jawaz al-Safar” [Passaporte], de Mahmoud Darwish, de 1964. Em ambos os poemas, os documentos não são neutros. Eles disciplinam a vida, definem a identidade e decidem cuja humanidade será considerada:

Mulher de ideias? Não, nunca tive uma.
Jamais repeti outras (por pudor ou por falhas
nemotécnicas).
Mulher de ação? Também não.
Basta olhar o tamanho de meus pés e minhas mãos.

Mulher, pois, de palavra. Não, de palavra não.
Mas sim de palavras,
muitas, contraditórias, ai, insignificantes,
som puro, vácuo depurado de arabescos,
jogo de salão, fofoca, espuma, esquecimento.

Mas se é necessária uma definição
para o papel de identidade, assinale
que sou mulher de boas intenções
que pavimentei
um caminho direto e fácil ao inferno.

Cordialmente,

Vijay

PS: As imagens desta carta semanal são de *Colectivo* (2026), uma história em quadrinhos de Dani Ruggeri, do departamento de arte do Tricontinental.